

NARRATIVAS DE PROFESSORAS E AS FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO ESTIMULADAS PELOS DISCURSOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

THIAGO TAVARES BORCHARDT¹; MÁRCIA SOUZA DA FONSECA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – thiago-tb@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – mszfonseca@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia (DCN 2006) foram pensadas com a finalidade de padronizar a formação do pedagogo em todo o país. Nesse documento encontramos uma série de orientações para sua formação e docência. O documento comprehende a docência como uma ação educativa e processos pedagógicos metódicos e intencionais, que constituem relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

O documento garante que todos os cursos de Pedagogia deverão propiciar planejamento, execução, avaliação de atividades educativas e aplicações ao campo da educação, e que o estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão. Entende que para a formação desse profissional é exigido o conhecimento da escola como organização complexa, a pesquisa, a análise, a aplicação de resultados de investigações de interesse da área educacional, a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Talvez essa tenha sido a mais importante mudança quanto à formação dos estudantes de pedagogia no Brasil.

O presente trabalho é um recorte do Relatório da disciplina de Estágio Supervisionado realizado em 2014, requisito para defesa de Dissertação no curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM). A pesquisa busca entender as formas de subjetividade estimuladas pelos discursos curriculares oficiais, nacionais e locais, para os cursos de Licenciatura em Pedagogia, em curso antes de 2006 e posterior as DCN de 2006, e como determinam as práticas dos professores na docência na Escola Básica. Interessa, especialmente, nos discursos curriculares locais – Projetos Pedagógicos – os enunciados que tratam da formação matemática.

Para realização do Estágio entrevistou-se duas professoras Pedagogas, que trabalham nos anos iniciais de uma mesma escola particular no centro da cidade de Pelotas/RS. Estas profissionais foram formadas em tempos diferentes, uma antes da implantação das DCN, no ano de 2002, que a partir de agora será nomeada professora A e outra, depois da implantação das diretrizes, em 2014, que a partir de agora passamos a nomear professora B. As entrevistas foram realizadas com a finalidade de localizar nos enunciados sobre a formação, os três tempos/modos de se pensar sobre a educação, elencados por Nogueira-Ramirez (2011), apresentados a seguir.

O primeiro modo de pensar e praticar a educação é o que chamamos de “Estado Ensinante”, momento que corresponde ao desenvolvimento da governamentalidade disciplinar, séculos XVII e XVIII; um tempo em que a ênfase estava nas práticas de ensinamento e nas disciplinas do corpo e dos saberes.

O segundo, o “Estado Educador”, se refere ao momento em que o Estado cumpria uma função importante na expansão da educação e nas instituições públicas através dos distintos setores sociais, este é então, o momento em que o termo “educação” se inseriu no vocabulário pedagógico. Nesse período então se preocupou com uma chamada “educação natural”.

O terceiro modo de pensar e praticar a educação, Noguera-Ramirez denominou “sociedade da aprendizagem”, com início entre o final do século XIX e o começo do século XX. É o momento em que começou a surgir e se desenvolver noções de práticas educativas que centram a atenção no indivíduo que aprende, e não tanto em quem ensina. Trata-se do projeto da governamentalidade neoliberal, forma econômica de governo na qual é o próprio indivíduo quem deve se ocupar de se “educar”, de se “governar” a fim de acrescentar as próprias competências e habilidades necessárias para o seu desenvolvimento. É um modo de praticar a educação no qual a questão central não é que o sujeito “aprenda” algo, e sim, que os sujeitos “aprendam a aprender” ou ainda que se autogovernem.

2. METODOLOGIA

A pesquisa de cunho qualitativo, contou com análise documental e pesquisa de campo. Foram estudados os documentos oficiais nacionais referentes ao curso de Licenciatura em Pedagogia – Diretrizes Curriculares Nacionais e entrevista semiestruturada com 2 (duas) professoras Pedagogas, que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As entrevistas tiveram como objetivo entender, nos enunciados das professoras sobre a sua formação, em especial sobre a formação matemática, as formas de subjetivação estimuladas pelos discursos das políticas curriculares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As duas professoras iniciaram as entrevistas falando sobre sua formação nos cursos de Pedagogia. A professora A relatou que a formação oferecida pelo seu curso era bem diferente da formação atual, pois naquela época eram trabalhados quatro anos de disciplinas teóricas e dois componentes de prática de estágio, no último ano. Por conta dos estágios serem realizados nos últimos semestres, ela se ressentiu de relatos, reflexões e questionamentos sobre sua prática, como foi constatado no seguinte trecho da entrevista:

[...] hoje a prática é bem diferente, eles tem a teoria, tem estágio e depois voltam de novo pra discutir algumas questões. Eu... não todas as questões que ficaram sem respostas na época do estágio eu não retorno para estudo, depois eu fiz a pós, mas ai tem coisas que tu não volta. Eu não tive aquele momento com os professores de sentar e conversar depois, coisas que não entendi ou que não foram bem esclarecidas durante a prática ficaram, é diferente... esse molde de curso que tem hoje é melhor, na minha época não era assim. (PROFESSORA A)

Pode-se observar na fala dessa professora, a influência do Estado Ensinante. Ao se referir aos quatro anos de estudos teóricos percebe-se a intenção de uma disciplina de saberes específicos, ou seja, no tempo de sua formação era de suma importância o domínio de conteúdos.

Sobre a formação pedagógica, a Professora A relata que cursou disciplinas das Ciências da Educação como Sociologia, Filosofia e Psicologia da Educação e algumas optativas, como a que tratava sobre inclusão. Os dois componentes curriculares relacionados com a matemática foram ministrados, durante o curso, por professora com formação na área, quando as alunas construíram um livro de atividades práticas, utilizado nos estágios, com desafios, problemas e atividades diferenciadas referenciando com a realidade do aluno.

Aqui vemos pontos onde podemos identificar o Estado Ensinante, ao se referir sobre a importância das disciplinas na sua formação, e também vemos o Estado Educador, quando a aplicação dos conteúdos já está sendo relacionada com a realidade dos seus alunos, ou seja, a professora faz com que o conteúdo seja visto pela criança como algo do seu dia-dia, que pareça com algo natural a ela.

A Professora B narra o seguinte sobre sua formação:

Acho que foi proveitosa minha formação, claro que a gente vê que os conteúdos teóricos são importantes, mas também faltou a prática, eles faziam muitas coisas teóricas e na prática eram pouquíssimas coisas que a gente fazia e quem não tinha o magistério ficava um pouco difícil de fazer essa ligação de poder, de poder exercer. (PROFESSORA B)

A docente diz que cursou disciplinas como Filosofia, História da Educação e Gestão Educacional, quando se pode perceber um grande enxugamento nos componentes da área das Ciências da Educação quando relacionado ao currículo anterior. Sobre a matemática ela afirma que em nenhum momento do curso foi trabalhada. Segundo a Pedagoga, nenhuma disciplina de conteúdo específico das áreas de conhecimento, como Português, Matemática, Ciências foi estudada no seu curso. Sobre o estágio curricular ela o descreve como “tranquilo” pelo fato de já possuir magistério, e que se utilizou sempre de livros, blogs e internet para fundamentar sua aula.

Nessa fala podemos observar uma forte influência da Sociedade da Aprendizagem, quando o professor deve se autogovernar, pois ao não ter as devidas instruções sobre os conteúdos curriculares no seu curso de formação, passa a ser responsabilidade do professor procurar, estudar e se auto formar, a fim de dar uma boa aula.

Por último procurei saber como essas professoras percebiam o ensino de matemática nas séries iniciais. A Professora A afirmou que a matemática é trabalhada de forma muito deslocada da realidade do aluno, pois ela, por exemplo, passa por situações onde os alunos questionam o por que de terem que aprender tal conceito. Para contornar esse problema, a docente afirma que utiliza o livro adotado na escola, pois, segundo ela, nele são trabalhados muitos desafios e raciocínio lógico, porém quando o livro não supre as necessidades da aula, a docente utiliza o quadro para uma explicação mais aprofundada.

Mais uma vez vemos o Estado Educador na fala da docente quando ela relata que seus alunos são livres para lhe questionar do por que estudar tal conteúdo e, mais uma vez, temos a aula relacionada ao dia-dia do aluno.

Já a professora B afirma que depende do professor quando ele aplica a matemática. Em seu relato, a docente afirma que os alunos estão gostando da matéria, que ela por sua vez, procura levar para a aula “coisas bastante lúdicas para não ficar só naquela coisa de fazer continha”, para isso ela faz uso de material de contagem e estórias para envolver de forma lúdica a matemática.

Vê-se nessa fala certa influência da Sociedade da Aprendizagem, a docente atribui a qualidade do ensino da matemática nas séries iniciais ao trabalho e desempenho dos professores, ao como fazer mais e melhor. Ball (2012) relaciona estas falas ao discurso da performatividade, no qual o professor é o único responsável pela qualidade do ensino e deve estar em constante renovação para melhorar seu desempenho, fazer melhor, e, por consequência, melhorar a qualidade das aulas.

4. CONCLUSÕES

Vemos que os três tempos estão em ambas às formações. Como já citado, um tempo não deixou de existir para que outro surgisse, porém fica claro que houve uma grande mudança na formação das pedagogas entre 2000 e 2014. Na primeira fala vemos fortes indícios do Estado Ensinante e do Estado Educador e quase nada da Sociedade da Aprendizagem, exatamente ao contrário do que ocorre com a professora formada em 2014, em seu discurso não vemos fragmentos do Estado Ensinante, mas muita influência dos outros dois tempos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J; Reforma Educacional como Barbárie Social: Economismo e o fim da Autenticidade. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.7, n.1, p.33-52, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revista2.uepg.br/index.php/praxeducativa>> acessado em jul.2014.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB 9394/96*. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. (Resolução do CNE/CP nº 1, 18/02/2002), Brasil, 2002. Acesso em março 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução nº1, de 15/05/2006), Brasil, 2006. Acesso em março de 2012.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto; **Educar Es Gobernar: La Educación Como Arte De Gobierno**. Cadernos de Pesquisa v.42 n.145 p.14-29 jan./abr. 2012

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto; **Pedagogia e Governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.